

# OS DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS NA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA DIPLOMÁTICA: um estudo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

PHOTOGRAPHIC DOCUMENTS IN THE DIPLOMATICS' THEORETICAL-METHODOLOGICAL PERSPECTIVE: a study of the Fernando Henrique Cardoso Foundation

Maítha Elena Tosta Graziano | Maria Leandra Bizello

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag17a7>

**Resumo:** Observando o *status* empregado às fotografias nos arquivos atualmente, desde o reconhecimento do seu caráter de documento de arquivo, suas diferenças na organização, acondicionamento e disponibilização para o acesso, evidencia-se a necessidade de aprofundar as discussões sobre esses documentos no âmbito arquivístico. Por esse motivo, propõe-se discutir a fotografia e suas *nuances*, vislumbrando a sua natureza documental e, conseqüentemente, arquivística, a partir do seu contexto de produção por meio da perspectiva teórico-metodológica que a análise diplomática oferece como ferramenta válida para compreendê-la enquanto resultado de uma ação registrada no mundo contemporâneo, isto é, um documento. Para tanto, a metodologia aplicada foi o estudo de caso sendo a Fundação Fernando Henrique Cardoso o universo de pesquisa. Conclui-se que, mais que aplicar a crítica diplomática aos documentos fotográficos, faz-se necessário refletir sobre a produção das imagens como documentos, bem como suas características e sua condição de produção, isto é, seu contexto.

**Palavras-chave:** Arquivística; Diplomática; Fotografia; Fundação Fernando Henrique Cardoso.

**Abstract:** Observing the *status* used for photographs in archives today, since the recognition of their character as an archival document, their differences in organization, packaging and availability for access, it is evident the need to deepen the discussions about these documents in the archival scope. For this reason, it is proposed to discuss photography and its *nuances*, envisioning its documentary and, consequently, archival nature, from its production context and the theoretical-methodological perspective that diplomatic analysis offers as a valid tool to understand it while result of an action registered in the contemporary world, that is, a document. For that, the methodology applied was the case study, being the Fernando Henrique Cardoso Foundation the research universe. It is concluded that, more than applying diplomatic criticism to photographic documents, it is necessary to reflect on the production of images as documents, as well as their characteristics and their condition of production, that is, their context.

**Keywords:** Archival Science; Diplomats; Photography; Fernando Henrique Cardoso Foundation.

## Introdução

Na Ciência da Informação, atualmente, evidencia-se o crescente desenvolvimento de estudos a respeito do acesso à informação. Tal concentração é consequência da crescente demanda deflagrada a partir dos anos 1950, em virtude da intensa e acelerada produção de informação registrada e, a partir dos anos 1990 e início do século XXI, observa-se o aumento expressivo da utilização dos recursos tecnológicos para esses fins.

A tecnologia possibilita o acesso, a recuperação e a disponibilização de dados e informações no ambiente digital, onde existe a possibilidade de inserir e usufruir de diversos conteúdos – textos, imagens, gráficos, sons, vídeos, entre outros – gerando de forma exponencial um ambiente digital colaborativo. Para tanto se faz necessário que a informação esteja

organizada e estruturada de modo que possa corresponder à expectativa gerada pelos inúmeros recursos disponíveis pela Internet.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que a problemática aqui diz respeito ao *status* empregado as fotografias nos arquivos atualmente, no que concerne o reconhecimento do seu caráter de documento de arquivo e suas diferenças tanto na organização como também, no acondicionamento e na disponibilização para acesso, observando, em específico, o acesso proporcionado pelo ambiente digital do arquivo em relação aos documentos chamados tradicionais (documento textual, manuscrito, impresso) de arquivo.

Assim, busca-se discutir a fotografia e suas *nuances* vislumbrando a sua natureza documental e, conseqüentemente, arquivística, passível de ser compreendida por meio do seu contexto de produção. Tal compreensão partiu da perspectiva teórico-metodológica que a análise diplomática oferece como ferramenta válida para compreender a fotografia como resultado de uma ação registrada no mundo contemporâneo, isto é, um documento.

A instituição arquivística está representada pela Fundação Fernando Henrique Cardoso (Fundação FHC). A escolha desta instituição deve-se ao fato de que a documentação custodiada pela Fundação FHC é, sem dúvida alguma, uma documentação privada de caráter e interesse público por conta do seu conteúdo e do papel representativo perante a sociedade, a qual a entidade geradora da documentação custodiada está inserida. Tal papel é de grande relevância por se tratar de um ex-presidente da República do Brasil, além de ser um político influente no cenário político e econômico do país na esfera atual e, também, sua sólida contribuição como sociólogo e pesquisador.

Iniciaremos com a discussão a respeito da fotografia enquanto documento e, também, documento de arquivo, com objetivo de expor, principalmente, algumas questões nebulosas como, por exemplo, o tratamento “especial” dado para este documento no que concerne sua organização, acondicionamento e, até mesmo, acesso, uma vez que, na maioria das instituições arquivísticas, esta documentação é de caráter permanente. A partir disso, adentraremos na discussão a respeito da Diplomática e o seu uso para análise de documentos modernos e contemporâneos como, por exemplo, a própria fotografia. Posteriormente, apresentaremos a Fundação FHC e, também, o tratamento contextual, a descrição e o acesso virtual que a Fundação FHC oferece para seu acervo fotográfico. E, por fim, algumas considerações finais.

### ***Fotografia e a Teoria Arquivística***

É fato que a primeira fotografia reconhecida diz respeito a imagem produzida em 1826 pelo francês, Joseph Nicéphore Niépce. Para produção desta imagem foi necessária uma câmera e, aproximadamente, oito horas de exposição à luz solar. A este processo de produção da primeira fotografia, Niépce chamou de “heliografia”, pois ocorreu uma gravura a partir do uso da luz do Sol. Em paralelo a esta produção, Louis Jacques Mandé Daguerre, através do uso de uma câmera escura produzia efeitos visuais.

Após vários contatos por correspondências, Daguerre e Niépce firmaram uma parceria no ano de 1829 e, após a morte de Niépce, Daguerre desenvolveu um processo denominado de daguerreotipia cujo resultado seria o daguerreótipo. Sabe-se que este processo foi desenvolvido no ano de 1839. A fotografia popularizou-se como produto de consumo

somente a partir do ano de 1888 e sua inserção nos arquivos ocorreu somente após sua popularização.

A presença de fotografias em arquivos é mais recorrente naqueles cujos acervos foram acumulados por pessoas físicas, isto é, arquivos pessoais e privados, mas cabe destacar que as fotografias estão também presentes nos arquivos empresariais e instituições públicas. Nesse sentido, há em torno da fotografia uma discussão a respeito da existência ou não do seu caráter documental. Tal discussão caracteriza-se por ser uma indagação atual cujo entendimento varia de acordo com o cenário em que se encontra custodiada. Para Lacerda, tal discussão é consequência de duas visões,

de um lado, a crença que as imagens são fundamentalmente obras artísticas ou criações pessoais, e que devem ser tratadas uma a uma, como peças de uma coleção; de outro, o caráter de registro objetivo, socialmente atribuído à imagem obtida pelo dispositivo fotográfico devido à capacidade que tem de registrar, com alto grau de semelhança, a aparência das coisas e, sobretudo, de estar conectado a esse referente pela natureza indicial desse tipo de signo visual. (LACERDA, 2009:118).

O entendimento de fotografia como documento e, até mesmo, como documento de arquivo não é consensual na área da Arquivologia. Heredia Herrera (1993) enfatiza as inúmeras dificuldades existentes para a concretização da equiparação dos documentos fotográficos com os demais documentos considerados documentos de arquivo. Tais dificuldades dizem respeito à composição do cenário de produção, circulação e uso dos registros fotográficos, pois “as fotografias estariam sempre sujeitas à vontade de alguém” para sua criação, e, portanto, “formariam, com muito mais frequência, coleções” (HEREDIA HERRERA, 1993:10).

No livro, *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*, de André Rouillé (2009), é possível compreender como cada tempo, ao longo dos anos, compreendeu a fotografia (da captura à ampliação) desde sua criação.

Rouillé (2009) discute a respeito do ser ou não a fotografia, um documento. O autor argumenta que o *status* de documento foi adquirido devido a uma crença na imagem como prova, como impressão direta, verdadeira e verídica do real, isto é, crença de que o recorte que a captura faz do instante da realidade no processo de fotografar é, de fato, a imagem verossímil da realidade. No entanto, o *status* de documento da fotografia foi sendo questionado, pois entre o real e a imagem sempre se interpõe uma série infinita de outras imagens, invisíveis, mas operantes, que se constituem de forma visual.

Na concepção de Lacerda (2008), as fotografias só se constituíram como documentos típicos de arquivo, ao integrarem documentos como relatórios e dossiês, pois as fotografias nunca compartilharam uma configuração atrelada a uma função documental.

Dado o exposto é possível compreender o quanto nebuloso e complicado é afirmar ser a fotografia um documento. Tradicionalmente as fotografias presentes nos acervos das instituições arquivísticas, públicas e/ou privadas, são submetidas a tratamentos que objetivam apenas sua identificação para posterior classificação e descrição, não levando em consideração o contexto de produção.

Tal tratamento deve-se ao fato de que, desde os manuais teóricos e trabalhos científicos a respeito da Arquivística à prática realizada nessas instituições, enfocam, única e especialmente, os chamados documentos tradicionais ou convencionais de arquivo. Isto é, os documentos do gênero textual, preferencialmente de natureza administrativa, cuja produção foi baseada em procedimentos controlados e padronizados, para que possam exercer e responder efetivamente as prerrogativas jurídicas e legais.

Outro motivo que justifica tal tratamento concerne ao fato de que tanto as fotografias como os filmes, por exemplo, caracterizam-se por serem registros produzidos e, conseqüentemente, acumulados, a partir da segunda metade do século XIX, ou seja, são documentos recentes nas instituições arquivísticas. Além disso, as fotografias “não pertencem à categoria de documentos criados para representar ações com valor jurídico ou legal”, pois, “não apresentam em suas formas externas e internas traços que as classificariam de acordo com uma natureza oficial compartilhada” (LACERDA, 2008:77).

Na maioria das instituições arquivísticas, é possível verificar que as fotografias, geralmente, são organizadas e arquivadas sob uma lógica técnica específica e exclusiva, fundamentada nos critérios, principalmente, de conservação e preservação do seu suporte material. Dessa forma, tal organização é responsável pela descontextualização e isolamento das fotografias em relação ao restante dos documentos custodiados da mesma proveniência, além de frequentemente impossibilitar qualquer conexão clara com a entidade que as produziu.

Tal abordagem é vista por teóricos da Arquivística como uma compensação metodológica, visando minimizar a falta de elaboração e execução de métodos adequados para a organização desses documentos. Em consonância, Lacerda afirma que “tratar fotografias em arquivos, em muitos casos significa sistematizar conhecimentos metodológicos relativos à conservação, restauração e preservação” (LACERDA, 2008:80).

Nas instituições arquivísticas em que é empregado este tratamento, é possível identificar que a organização das fotografias ocorreu de forma equivocada. Pois, a não integração, isto é, a contextualização de todos os documentos, independentemente do seu gênero ou suporte, influencia negativamente no acesso a esses documentos, podendo até mesmo, torná-lo inviável.

Diante disso, Lopez afirma que

somente com respeito à proveniência é que toda a dimensão comunicativa da mensagem da fotografia pode ser exercida, pois não basta disponibilizar as fotografias para o pesquisador se estas não estiverem claramente ligadas ao seu vínculo institucional. A recuperação do contexto de produção – de documentos imagéticos ou não – trata-se de uma tarefa indispensável da organização arquivística (LOPEZ, 2007:1).

Neste sentido, cabe destacar que de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional, o princípio da proveniência é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (BRASIL, 2004:127).

A partir do contexto apresentado a respeito dos equívocos realizados no que concerne o tratamento dado as fotografias, é possível vislumbrar que uma aproximação com a Diplomática possibilita reflexão a respeito da natureza arquivística das fotografias no que

concerne sua autenticidade<sup>1</sup> e veracidade<sup>2</sup> mesmo estas sendo menos evidentes. Para tanto, faz-se necessário que o contexto de produção e sua proveniência sejam clara e efetivamente respeitados, pois como afirma Lopez, “o que definirá o documento fotográfico de arquivo será a relação orgânica com o produtor”. (LOPEZ, 2007:7).

Em consonância, Lacerda afirma que “a abordagem contextual dos arquivos é uma boa conduta a ser adotada na organização de qualquer acervo”, pois tal abordagem “objetiva ultrapassar a força dos conteúdos dos documentos e mover-se em direção às razões e circunstâncias de sua existência e os sentidos de sua produção” (LACERDA, 2009:124).

Nesse sentido, entendemos que uma aproximação entre a fotografia e a Diplomática com todo seu arcabouço teórico-metodológico, nos proporcionará o entendimento e o reconhecimento das características de natureza arquivística da fotografia, além de poder contribuir para a desmistificação de ser necessário que este documento seja tratado no arquivo apenas visando sua conservação e preservação de suporte.

### ***Diplomática***

A Diplomática, enquanto disciplina, surgiu no século XVII com o objetivo de analisar criticamente e verificar a autenticidade de documentos precedidos por autoridades soberanas e, também, os títulos da Igreja, através da aplicação de suas regras pré-estabelecidas e, até o século XIX, o objeto de estudo da Diplomática voltava-se apenas para os documentos de natureza jurídica, isto é, documentos que comprovassem as relações estabelecidas entre Estado e cidadãos.

A partir do século XIX, com a introdução dos estudos a respeito da Diplomática nas escolas europeias, ocorreu uma ampliação do objetivo dessa disciplina, isto é, os documentos seriam analisados para comprovar a autenticidade e, também, o contexto de produção, as funções desempenhadas, as competências e atividades do órgão produtor.

Por conseguinte, verifica-se que, a partir do século XX, houve um aumento expressivo na velocidade e na quantidade de documentos produzidos e, já no século XXI, temos que qualquer documento produzido para todo e qualquer fim pode ser analisado pelas regras teórico-metodológicas estabelecidas pela Diplomática. Isso porque, como afirma Rodríguez, atualmente a Diplomática

vem sendo reconhecida por diversos autores como instrumento útil à análise de documentos modernos e contemporâneos, na medida em que o emprego

---

<sup>1</sup> De acordo com Luciana Duranti, a autenticidade está vinculada ao *continuum* da criação, manutenção e custódia. Os documentos são autênticos porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos com garantias para futuras ações ou para informação, e são definitivamente separados para preservação, tacitamente julgados dignos de serem conservados por seu criador ou legítimo sucessor como testemunhos escritos de suas atividades no passado (DURANTI, 1994: 51).

<sup>2</sup> De acordo com Luciana Duranti (1994:50), “a veracidade de um documento depende das circunstâncias de sua criação e preservação”.

de seus conceitos e técnicas de análise permite o reconhecimento de padrões e fórmulas jurídicas adotadas no registro do ato (RODRÍGUEZ, 2011:66).

Para Bellotto (2002), a Diplomática tem sua teoria baseada nos estudos da estrutura formal dos documentos, evidenciando sua legitimidade e, assim, passando a ser aceite como documento original e oficial para a entidade a que pertence. Rodríguez complementa afirmando que

a Diplomática se esforça em averiguar a autenticidade, a validade e a autoridade, da mesma forma que a plena compreensão do conteúdo, através da observação dos distintos elementos constitutivos do documento, sem que isso represente uma preocupação específica sobre o assunto tratado (RODRÍGUEZ, 2011:66).

Dado o exposto, o objetivo do enfoque à estrutura formal dos documentos bem como a necessidade de assegurar e atestar sua autenticidade, é decorrente da necessidade de que o conteúdo documental seja, de fato, confiável para, por exemplo, auxiliar em pesquisas.

Ao longo dos séculos, a Diplomática vem se transformando e se reinventando com objetivo claro de se adequar as necessidades impostas no decorrer do tempo. Tal transformação decorre do complexo processo de produção dos documentos em virtude da burocracia e, também, pela necessidade de auxiliar o profissional arquivista a identificar o documento de arquivo na atual esfera contemporânea. Atualmente destacam-se os estudos de Luciana Duranti na área da Diplomática como resposta às atuais necessidades em relação ao documento de arquivo. Luciana Duranti<sup>3</sup> propõe ser possível a utilização dos mesmos critérios aplicados aos documentos medievais, cujo objetivo era de identificar a sua autenticidade, aos documentos contemporâneos, no que concernem sua criação, manutenção e preservação. Em virtude dessa proposta, temos então, a chamada Diplomática Contemporânea.

A Diplomática Contemporânea proposta por Luciana Duranti possibilita através da aplicação de seus fundamentos teóricos e metodológicos, a identificação de tipologias documentais. A tipologia documental, de acordo com Bellotto, consiste na “ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”. (BELLOTTO, 2006:52).

Desse modo, a tipologia documental diferencia-se da Diplomática, pois estuda os tipos de documento enquanto a Diplomática volta-se para a espécie documental. Para Rodríguez (2011), a tipologia documental concentra-se na análise do documento orgânico e não do documento isolado. No entanto, vale destacar que a tipologia documental parte do uso da Diplomática clássica para realizar sua análise.

---

<sup>3</sup> Luciana Duranti é professora na Universidade de British Columbia no Canadá e dedica-se ao estudo da teoria arquivística, diplomática contemporânea e gestão de documentos digitais e eletrônicos.

Assim, o trabalho arquivístico depende diretamente da escolha de abordagem a ser empregada na análise documental. Pois, como afirma Rodríguez,

enquanto que a diplomática tem por objeto a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade, a tipologia documental ultrapassa esse limite agregando a seu objeto o estudo de componentes relativos ao conjunto orgânico, ou seja, se preocupa com a relação estabelecida entre os integrantes de uma mesma série documental, levando em conta o fato de esses documentos serem correspondentes à mesma atividade (RODRÍGUEZ, 2011:68).

Para Lacerda, a valorização da Diplomática, na área dos arquivos, como

quadro conceitual e metodológico voltado ao questionamento das formas documentais e de sua relação com a gênese documental no intuito de estabelecer sua autenticidade e valor, representa um grande avanço para a disciplina arquivística [...] em relação à natureza e ao caráter dos documentos de arquivo e sua relação com o contexto operacional no qual foram constituídos. (LACERDA, 2008:79).

Isso porque, entende-se que embora a Diplomática esteja voltada para o estudo da natureza dos documentos de modo individual, “seus pressupostos podem ser expandidos numa situação serial, na qual o aporte arquivístico ajuda a dar contornos mais precisos”. (LACERDA, 2008:79-80).

A partir do exposto, passamos para apresentação e caracterização da Fundação Fernando Henrique Cardoso, principalmente, no que tange o método empregado por esta instituição na organização da documentação custodiada.

### ***A Fundação Fernando Henrique Cardoso***

A Fundação Fernando Henrique Cardoso (Fundação FHC) é uma organização privada que custodia a documentação do seu próprio fundador, Fernando Henrique Cardoso, uma personalidade pública, cuja documentação abrange documentos do período em que foi senador, ministro e presidente da República do Brasil, além dos documentos pessoais e documentos de seus estudos enquanto sociólogo e professor universitário. A Fundação FHC possui um imenso e variado acervo composto de textos, cartas, livros, anotações, fotografias, objetos, vídeos, etc.

A criação e a fundação da instituição FHC foram possibilitadas devido a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que discorre sobre “acervos privados dos presidentes da República do Brasil”, e o acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso é respaldado pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que discorre sobre “a política nacional de arquivos públicos e privados”. O instituto foi inaugurado em maio de 2004 na cidade de São Paulo, contudo, em 2010 o instituto torna-se uma fundação e, em 2022, a Fundação FHC completará 18

anos. É por meio da Lei Rouanet<sup>4</sup> que a Fundação FHC tem recebido recursos para o amparo às atividades ligadas ao tratamento técnico do Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso e algumas atividades da própria instituição.

A preservação da documentação do acervo na Fundação FHC segue critérios metodológicos tanto nas instalações físicas, quanto na organização e na manutenção preventiva baseando-se tanto na organicidade como também na funcionalidade e contexto de produção e/ou acumulação dos documentos.

O acesso ao acervo da Fundação FHC se dá por três modos de pesquisa, que pode ser realizada pelo acesso ao endereço eletrônico da instituição - <https://fundacaofhc.org.br/> - através da busca feita por palavras-chave, ou então, no Portal do Acervo, onde os documentos são liberados para consulta, à medida que estiverem em formato eletrônico. Para pesquisas mais complexas, destinadas a especialistas, a Fundação FHC fornece um endereço de *e-mail* para contato.

O guia do “Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso” é dividido em três períodos: pré-presidencial (1931-1994), presidencial (1995-2002) e pós-presidencial (desde 2003). A distribuição do acervo se dá em documentos: textuais, iconográficos, audiovisuais e sonoros.

De acordo com a própria descrição que é feita pela Fundação FHC (2022) em seu *website*, o acervo do período pré-presidencial contempla a infância, os estudos, a vida acadêmica, a vida familiar, bem como a pesquisa e a produção científica de Fernando Henrique Cardoso até a campanha presidencial de 1994. Esta parte do acervo é composta, em sua maioria, por documentos textuais, documentos esses considerados como documentos tradicionais de arquivo. Entre esses documentos é possível encontrar correspondências (troçadas com instituições de ensino e pesquisa na área das Ciências Sociais e, também, correspondências com colegas, alunos e amigos), documentos textuais relacionados a carreira docente (como cadernetas, planos de aula, notas de leitura), bem como documentos referentes a administração do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), e documentos textuais e iconográficos do período que Fernando Henrique Cardoso foi senador da República e ministro da Fazenda, como correspondências, registros de eventos eleitorais, discursos, entrevistas, relatórios de pesquisas, reportagens fotográficas, *clipping* de imprensa entre outros.

A Fundação FHC (2022) informa que são aproximadamente 175 caixas-arquivo de documentos textuais e, no que concerne os documentos iconográficos, são aproximadamente 2.000 fotos referentes ao acervo do período pré-presidencial.

A respeito do acervo do período presidencial sua composição se dá pelos documentos produzidos durante os dois mandatos presidenciais (1995-2002) que compreende, em sua maioria, documentos que foram produzidos e que transitaram pelo gabinete pessoal de FHC. Em sua maioria, trata-se de documentos tradicionais, isto é, documentos textuais, manuscritos e/ou impressos, mas há também documentos iconográficos, audiovisuais e

---

<sup>4</sup> Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 que restabelece princípios da Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986 onde institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.



objetos tridimensionais. Entre os documentos há, por exemplo, relatórios, notas preparatórias de viagens, pareceres técnicos, condecorações, agendas, registros fotográficos de viagens e eventos oficiais, entre outros.

De acordo com a descrição da Fundação FHC (2022) em seu *website*, a documentação que compõe o acervo do período presidencial está reunida em mais 1.000 caixas-arquivo, onde esse conjunto refere-se a uma amostra de 10% do total recebido, sendo que o restante foi doado ao Arquivo Nacional.

Para a composição do acervo referente ao período pós-presidencial, a Fundação FHC (2022), em seu *website*, pontua que este período se trata de um acervo composto por documentos em diferentes linguagens e suportes, sendo, por exemplo, correspondências trocadas com pessoas e instituições, relatórios, projetos, noticiário de imprensa, certificados e diplomas, bem como reportagens fotográficas e televisivas, medalhas comemorativas e objetos tridimensionais variados.

A Fundação FHC na organização do acervo estabeleceu unidades de arquivamento sendo que cada unidade dessas têm um código numérico de identificação correspondente, permitindo, dessa forma, a localização dos documentos nos depósitos e mobiliários da instituição. A configuração lógica na organização permite a consulta a partir de critérios universais de acesso e classifica os documentos de modo a preservar sua organicidade e funcionalidade.

O acondicionamento dos documentos iconográficos na Fundação FHC, em especial as fotografias, se faz separadamente dos documentos textuais apenas no que concerne seu arranjo físico por consideração à preservação e conservação de seus suportes, mas é possível verificar a referência que estes documentos iconográficos possuem e fazem com os demais documentos do acervo. Essa referência permite a contextualização dos documentos, a manutenção da organização empregada, além do respeito à proveniência e a funcionalidade dos documentos.

A Fig 1, a seguir, foi retirada do relatório anual de atividades da Fundação FHC do ano de 2021, que apresenta em números concretos a quantidade de documentos já tratados e classificados por gênero documental e a quantidade desses mesmos documentos já disponíveis para acesso via Internet.

Sabe-se que as fotografias compõem o gênero iconográfico nos arquivos. A partir disso, é possível observar na figura acima apresentada que, no acervo da Fundação FHC, o volume dos documentos classificados como iconográficos é bastante expressivo tanto em relação a quantidade que já fora tratada e inserida na base de dados, como também em relação a quantidade que já está disponível para pesquisa e acesso via o *website* da Fundação.

**Fig. 1 – Quantidade de documentos no acervo da Fundação FHC**

<b>INSERÇÃO NA BASE DE DADOS (2005-2021)</b>		
<b>GÊNERO</b>	<b>FICHAS</b>	<b>DOCUMENTOS</b>
AUDIOVISUAL	5.152	5.622
BIBLIOGRÁFICO	13.502	13.602
ICONOGRÁFICO	11.054	135.205
SONORO	4.224	4.452
TEXTUAL	26.559	101.220
TRIDIMENSIONAL	1.825	3.317
<b>TOTAL</b>	<b>62.316</b>	<b>263.418</b>

<b>DISPONIBILIZAÇÃO NA INTERNET (2011-2021)</b>		
<b>GÊNERO</b>	<b>FICHAS</b>	<b>DOCUMENTOS</b>
AUDIOVISUAL	4.503	4.733
BIBLIOGRÁFICO	803	803
ICONOGRÁFICO	9.500	75.670
SONORO	4.113	6.119
TEXTUAL	24.410	30.411
TRIDIMENSIONAL	1.373	1.776
<b>TOTAL</b>	<b>44.702</b>	<b>119.512</b>

**Fonte:** Relatório de Atividades 2021 – Fundação Fernando Henrique Cardoso.

### ***A Fotografia na Fundação Fernando Henrique Cardoso***

É fato que nas últimas décadas ocorreram expansivas transformações nos conceitos, bem como na utilização da diplomática e, em consequência disso, para Rodríguez (2011), a diplomática, atualmente, vem sendo empregada em larga medida na análise de documentação arquivística, com o objetivo claro de recuperação do contexto funcional da produção documental.

Corroborando com tal concepção, Rodrigues afirma que na área da Arquivística, “a Diplomática tem sido reinventada, adaptada como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea”. (RODRIGUES, 2008:153).

A respeito do contexto funcional dos documentos, Lacerda (2009) considera sua aplicação um desafio metodológico, principalmente, no que concerne às características dos documentos fotográficos quanto sua “função original” de produção, pois os documentos

fotográficos não são autoexplicativos e, em sua maioria, não foram produzidos em base de procedimentos controlados.

A concepção de que os documentos fotográficos possuem características de natureza arquivística se opõe, necessariamente, ao enfoque tradicional dado a esses documentos. De acordo com Lacerda (2008), a visão tradicional em relação aos documentos fotográficos, os considera desprovidos de qualquer caráter contextual de produção, bem como de vínculos a ele associados, além de indicar que o tratamento aos documentos fotográficos seja de modo isolado partindo do seu conteúdo informativo factual.

Em virtude disso, ao propor uma aproximação da Diplomática aos estudos dos documentos fotográficos nos arquivos visando à compreensão de suas características de natureza arquivística, busca-se enfatizar o valor probatório da fotografia, bem como sua autenticidade aliada ao seu contexto funcional, além de sua produção documental. Nesse sentido, Lacerda (2008) aponta que o valor informativo da fotografia baseada em seu conteúdo passa a ser secundário, além de que a correta contextualização de produção do documento fotográfico auxilia efetivamente na compreensão dos diferentes significados a que estão sujeitas as fontes fotográficas.

É importante salientar que o método empregado no tratamento técnico do acervo da Fundação FHC, isto é, a organização do acervo, fundamenta-se no contexto, na organicidade e na funcionalidade. Destacando que a organização dos documentos iconográficos<sup>5</sup> na Fundação FHC fundamentou-se também nestes critérios.

A organicidade que nas palavras de Guaye é, portanto, “a relação entre a individualidade do documento e o conjunto no qual ele se situa geneticamente, sendo precisamente a base da noção de fundo de arquivo” (GUAYE, 1984 *apud* BELLOTTO, 2004:152). O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional complementa esta definição conceituando organicidade, atualmente, como “a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (BRASIL, 2004 *apud* BELLOTTO, 2004:164-165).

A fundamentação na organicidade faz a ligação do documento com a instituição que lhe deu origem e, dessa forma, deve refletir as atividades desta. A utilização da funcionalidade na organização dos documentos, parte do pressuposto que deve garantir assim, que os documentos representem as circunstâncias, o contexto, aos quais foram produzidos, bem como a função empregada neste documento, e, a partir disso, possam dar subsídios para justificar sua acumulação e guarda por esta instituição.

É importante salientar que tanto a organicidade como a funcionalidade estão diretamente relacionados ao princípio de respeito à ordem original que é definido pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional como “princípio que,

---

<sup>5</sup> De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional, documentos iconográficos são imagens fixas, impressas, desenhadas e/ou fotografadas. (BRASIL, Arquivo Nacional, 2004:68).

levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade” (BRASIL, 2004:128).

Nesse sentido, é possível afirmar que os documentos na Fundação FHC são descritos individualmente e trazem consigo, necessariamente, o registro das circunstâncias que foram criados e/ou acumulados.

Assim, a figura a seguir, demonstra as possibilidades de pesquisas e o contexto de cada documento no acervo da Fundação FHC.

**Fig. 2 – Pesquisa no acervo da Fundação FHC**



**Fonte:** Fundação Fernando Henrique Cardoso (<https://fundacaofhc.org.br/>).

Conforme exposto na figura acima, é possível observar que a Fundação FHC proporciona em seu *website* estratégias de busca avançada e que os campos oferecidos a serem selecionados para pesquisa nos permitem identificar que sua organização contempla a organicidade e o contexto de produção de seus documentos custodiados. Além de que a existência desses campos se constitui de modo a facilitar as buscas, tornando a pesquisa mais direcionada às necessidades do pesquisador.

Nesse sentido, a figura a seguir visa representar o resultado de pesquisa realizada no *website* da Fundação FHC com objetivo de acessar documentos iconográficos, principalmente, as fotografias.

**Fig. 3 – Resultado de pesquisa no acervo da Fundação FHC**



**Fonte:** Instituto Fernando Henrique Cardoso (<https://fundacaofhc.org.br/>).

Na figura acima destacamos os campos de identificação que fornecem informações com objetivo de descrição e, também, contextualização das imagens que foram apresentadas como resultado da pesquisa realizada no *website* da Fundação FHC. Estes campos são: documento; suporte, autor; produtor/instituição; evento/atividade; especificação; local; descritores; código e; observação. Ressalta-se que os campos de identificação variam de acordo com cada documento apresentado como resultado da pesquisa realizada no *website* da instituição.

É importante salientar que não se faz possível a total aplicação da Diplomática, isto é, da total aplicação dos conceitos teóricos e metodológicos da Diplomática aos documentos fotográficos. Embora a Diplomática possa, sim, oferecer alguns pontos para reflexão a respeito do documento fotográfico no que tange sua autenticidade documental. Pois,

a análise diplomática defende a necessidade de compreensão dos contextos complexos ou não a partir do documento, considerando as suas propriedades como corporificativas das decisões e das ações, bem como da presença de autores e participantes do processo, todos responsáveis pela criação documental. (LACERDA, 2008:85).

Dado o exposto concluímos que o contexto arquivístico deve ser o ponto primordial para organização, descrição e acesso de fotografias em arquivos públicos e/ou privados.

### **Considerações finais**

Por todos os aspectos apresentados, vislumbra-se o fato de que, se a análise diplomática com todo seu arcabouço teórico-metodológico, não for totalmente aplicável às fotografias nos arquivos, temos ainda, como contribuição, uma reflexão mais concisa a respeito desses registros, bem como o estabelecimento efetivo da necessidade de conexão entre os documentos arquivísticos e o seu contexto funcional, em virtude também, das demandas, cada vez mais expressivas, no que tange o acesso à informação.

Isso porque, como afirmámos anteriormente, é possível observar atualmente que o tratamento técnico arquivístico deve, necessariamente, responder a proveniência, bem como respeitar a sua ordem original – organicidade e contexto – de produção para que seja efetiva e eficiente a recuperação da informação e, conseqüentemente, a disponibilização para o acesso.

Levando-se em consideração os aspectos mencionados, verificou-se a necessidade, cada vez maior, de estudos que enfoquem a forma de tratar as fotografias nos arquivos, considerando, principalmente, suas características de natureza arquivística, isto é, considerando sua produção, origem, contexto funcional e seus diferentes usos. Tal necessidade justifica-se para a consolidação desses documentos enquanto documentos de arquivo e a desmistificação de serem documentos “especiais”, bem como ampliar os horizontes dos profissionais arquivistas para seu tratamento visando além da conservação e preservação, a recuperação e o acesso à informação.

Conclui-se então, que mais que aplicar a crítica diplomática aos documentos fotográficos, faz-se necessário refletir sobre a produção das fotografias como documentos de arquivo, bem como suas características próprias e sua condição de produção, isto é, seu contexto.

### ***Referências bibliográficas***

**BELLOTTO, H. L.**

2006 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

**BELLOTTO, H. L.**

2004 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

**BELLOTTO, H. L.**

2002 *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como fazer; 8).

**BRASIL. Arquivo Nacional**

2004 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. 1. ed. Rio de Janeiro, 2004.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1991a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Brasília.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1991b Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Brasília.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1991c Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Brasília.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1986 Lei nº 7505, de 02 de julho de 1986. Brasília.

**DURANTI, L.**

1994 Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*. 7:13 (1994) 49-64.

**FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

2021 *Relatório de atividades 2021*. [Em linha]. 2021. [Consult. 5 mar. 2022]. Disponível em: [https://fundacaofhc.org.br/files/FFHC-Relatorio\\_Anual\\_2021\\_PT\\_Web.pdf](https://fundacaofhc.org.br/files/FFHC-Relatorio_Anual_2021_PT_Web.pdf).

**FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

[20--] *Fundação Fernando Henrique Cardoso*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 5 mar. 2022]. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/>.

**HEREDIA HERRERA, A.**

1993 *La Fotografía y los archivos*. In FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA; JORNADAS ARCHIVÍSTICAS, 2<sup>as</sup>, Palos de la Frontera, 1993 - *La Fotografía como fuente de información*. Huelva: Diputación Provincial, 1993.

**LACERDA, A. L. de**

2009 *Fotografia e o valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas*. *História, Ciências, Saúde*.16:supl.1 (jul. 2009) 115-138.

**LACERDA, A. L. de**

2008 *A Fotografia nos arquivos: um estudo sobre a produção institucional de documentos fotográficos das atividades da Fundação Rockefeller no Brasil no combate à febre amarela*. São Paulo, 2008.  
Tese de Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

**LOPEZ, A. P. A.**

2007 *O Contexto arquivístico como diretriz para a gestão documental de materiais fotográficos de arquivo*. [Em linha]. 2007. [Consult. 5 mar. 2022]. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/303>.

**RODRIGUES, A. C.**

2008 *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. São Paulo, 2008.  
Tese de Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

**RODRIGUEZ, S. T.**

2011 *Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental*. *Scire*. 17 (2011) 65-72.

**ROUILLÉ, A.**

2009 *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Senac, 2009.

**Maítha Elena Tosta Graziano** | [maithagraciano@gmail.com](mailto:maithagraciano@gmail.com)

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Maria Leandra Bizello** | [mleandra23@hotmail.com](mailto:mleandra23@hotmail.com)

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), Brasil